

# DESVIOS ORÇAMENTÁRIOS NA EDUCAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, ALÉM DA FALÁCIA DO GASTO EXCESSIVO COM PESSOAL: CONTINUIDADE E APROFUNDAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA NO RENTISMO FINANCEIRO NEOLIBERAL.

Paulo Lindesay - diretor da ASSIBGE-SN  
Coordenador do Núcleo Sindical Canabarro  
Coordenador da Auditoria Cidadã núcleo RJ.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos esclarecer aspectos fundamentais da relação entre o orçamento público federal destinado ao pagamento da Dívida Pública, Educação e o orçamento com Pessoal/Encargos Sociais. Para isso, contamos com a pesquisa do coordenador da Auditoria Cidadã do Estado do Rio de Janeiro (ACD-RJ), Paulo Lindesay. O objetivo é desmistificar a ideia de que os altos gastos com Educação e Pessoal são os grandes vilões da economia brasileira. Os rentistas, detentores da dívida pública, são os aplicadores financeiros mais vorazes e desfrutam de enormes vantagens comparativas em relação à maioria da população brasileira. Isso inclui os grandes bancos e corporações intimamente ligados a instituições financeiras globais, conhecidos como "**donos da dívida pública**". Esses grupos já têm assento garantido nas mesas de aquisição de títulos públicos federais no Banco Central.

Ao analisar os dados na **série temporal 4759<sup>1</sup> das Estatísticas Fiscais do Banco Central do Brasil**, entre dezembro de 2016 e abril de 2026, em um período de apenas 113 meses, os governos federais sangraram **aproximadamente R\$ 5,929 trilhões** do fundo público federal sob a rubrica de **Juros nominais - Total - Setor público consolidado**. Qual é o país no mundo que suporta um déficit tão grande nas contas públicas?

Nosso objetivo é demonstrar que grande parte das abordagens dos meios de comunicação de massa, conduzidas por seus principais jornalistas econômicos, sobre dívida, gastos e investimentos públicos é, na realidade, uma extensa propaganda política que defende ideias benéficas para os conglomerados financeiros e econômicos. O objetivo principal é criar uma narrativa que apoie as políticas econômicas que favorecem os poderosos detentores de capital (**grandes empresas econômicas e financeiras, nacionais e internacionais**), porém sempre com a justificativa de que tais políticas são fundamentais para a estabilidade e o desenvolvimento econômico do país.

Esses grandes meios de comunicação, como jornais, televisão, rádio e outros, estão vinculados aos grandes grupos econômicos dos setores industrial, agropecuário, comércio e serviços, mas especialmente aos bancos e outras instituições financeiras. Ao longo do período, apresentaremos números e dados que demonstram que a grande maioria das informações divulgadas por esses meios de comunicação tem sido distorcida no Brasil por décadas.

---

<sup>1</sup> <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>

Isso acontece deliberadamente para ocultar, por meio de um discurso ideológico tecnocrático neoliberal, a urgência em priorizar o **pagamento da dívida pública brasileira**. Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, foi incluída a alínea “b”, uma possível fraude constitucional, **no Art. 166, parágrafo 3, inciso II**, que assegura o privilégio de pagar a dívida pública sem necessidade de dotação orçamentária e sem limites. Em 1987, os gastos com a dívida pública representavam 11,34% das despesas totais da União. No ano seguinte, após a consolidação da Constituição Cidadã em 1988, esse percentual aumentou para 19,81%.

Porém, não ficou só nisso. Um ano após a promulgação da Constituição Federal, com a adição da alínea “b” no Art. 166, os gastos com a dívida pública cresceram de maneira preocupante, representando 63,30% das despesas totais da União. Com a eleição de Collor de Melo em 1990, esse índice aumentou para 70,57%. Desde a introdução do Plano Real em 1994, cerca de 50% do orçamento federal anual tem sido consumido pela dívida pública (juros + amortização). O desvio orçamentário tem sido o principal motor da política econômica dos governos federais, estaduais e municipais, sendo este realizado por meio do pagamento de juros da dívida pública para remunerar os possuidores de títulos públicos federais. O Tesouro Nacional, guardião institucional, atua como intermediário desse processo por meio do Banco Central.

A Auditoria Cidadã da Dívida não demoniza a dívida. Consideramos que a dívida pública pode ser uma ferramenta relevante para o financiamento da economia brasileira, em virtude da escassez de recursos públicos. No entanto, o endividamento deve ser acompanhado de contrapartidas em serviços públicos e melhorias nas infraestruturas do país. No Brasil, a dívida pública tem sido empregada para assegurar lucros crescentes e perpétuos ao capital financeiro rentista, bem como às grandes corporações, tanto nacionais quanto internacionais.

Em 2016, com a aprovação da **Emenda Constitucional n.º 95**, e em 2023, com a aprovação da **Lei Complementar n.º 200, o novo arcabouço fiscal** teve como principais objetivos garantir a sustentabilidade da dívida pública, em vez de garantir a qualidade das políticas públicas, que é a principal função do Estado. O Estado não foi pensado para agir como uma empresa para dar lucro, mas garantir políticas públicas a partir das arrecadações de receitas federais de impostos e taxas e outras receitas.

Na década de 80, esse processo ocorreu sob condições estabelecidas entre os **organismos internacionais, como FMI, BIRD**, e instituições financeiras internacionais e nacionais. Isso resultou em um crescimento considerável da dívida pública brasileira entre 1988 (ano em que a Constituição Federal foi promulgada) e o presente, com estimativas ainda mais elevadas até o final de 2023, levando em conta a taxa básica de juros, denominada SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Na 232ª reunião do COPOM, ocorrida em agosto de 2020, a **taxa SELIC foi diminuída para 2%**.

Na reunião 248ª, ocorrida em agosto de 2023, a taxa SELIC cresceu para **13,75%**. Houve um crescimento de 11,75 pontos percentuais durante esse intervalo. Na nota divulgada pelo Banco Central do Brasil, foi declarado que, para cada elevação de um ponto percentual na taxa Selic, a dívida pública federal aumenta em mais de R\$ 44 bilhões. Como resultado, houve um aumento no estoque da dívida bruta do governo geral (DBGG) de cerca de R\$ 517 bilhões ao longo desse período.

Os meios de comunicação de massa não apenas escondem as verdadeiras intenções das relações espúrias entre as elites políticas e tecnocráticas do Banco Central e suas retóricas habituais de explicações e opiniões econômicas de seus jornalistas, mas também legitimam e disseminam essas ideias por meio do “conhecimento” de acadêmicos especialistas e, principalmente, do “mercado” financeiro.

Para compreender a dinâmica das contas públicas, a maneira mais simples é considerar o orçamento do governo dividido em duas categorias principais: uma destinada ao funcionamento do país (serviços, salários, investimentos) e outra exclusivamente ao pagamento da dívida acumulada ao longo dos anos.

É essencial entender a distinção entre **déficit primário e déficit nominal**. O déficit nominal recebe pouca atenção dos governos, da grande mídia, dos analistas de plantão e de seus seguidores. Porém, é de grande importância. Aqui se encontra o pagamento com os juros da dívida pública.

**Déficit Primário** - O resultado primário mede o equilíbrio entre as receitas do governo e os seus gastos estruturais, **excluindo totalmente o pagamento dos juros da dívida**.

**Déficit Nominal** - O resultado nominal é a conta final e completa do governo. Ele engloba o resultado primário e **soma os juros que o governo deve pagar** pela dívida pública que ele carrega.

### Déficit Primário e Nominal no Brasil

**Valores expressos em bilhões de reais (R\$ bilhões) nominais correntes**

**(2016 – abril de 2026)**

Ano	Resultado Primário (A)	Juros Nominais - Série 4759 (B)	Resultado Nominal (A + B)
2016	-155,8	-407	-562,8
2017	-110,6	-400,8	-511,4
2018	-108,3	-379,2	-487,4
2019	-95,1	-334,1	-429,2
2020	-703	-312,4	-1.015,40
2021	64,7	-448,4	-383,7
2022	126	-586,4	-460,4
2023	-249,1	-718,3	-967,4
2024	-47,6	-950,4	-998
2025	-55	-1.007,60	-1.062,60

A principal fonte dos dados apresentados é o **Banco Central do Brasil (BACEN)**, especificamente por meio de suas estatísticas fiscais oficiais:

- **Juros Nominais:** Série temporal **4759** do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central ("*Necessidade de financiamento do setor público - Juros nominais apropriados - Setor público consolidado - Fluxo acumulado no ano - R\$ milhões*").

- **Resultado Primário e Nominal:** Relatório de **Estatísticas Fiscais** (comumente divulgado na nota de imprensa de Política Fiscal) do Setor Público Consolidado.

Os dados consolidados abrangem o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), os Governos Regionais (Estaduais e Municipais) e as Empresas Estatais (exceto os grupos Petrobras e Eletrobras).

Ao examinarmos as reuniões mais recentes do COPOM, notamos que, embora a Taxa Selic, que é a taxa básica de juros, tenha diminuído, isso não levou a uma redução no estoque da dívida Bruta do Governo Geral - DBGG. Houve uma diminuição de 0,75% na taxa SELIC entre as reuniões 271<sup>0</sup> (junho de 2025 - SELIC 15%) e 279<sup>0</sup> (junho de 2026 - SELIC 14,25%) do COPOM. De acordo com as informações da Estatística Fiscal do BACEN, isso deveria resultar em uma diminuição no **estoque da DBGG de cerca de R\$ 48 bilhões**. No entanto, entre junho de 2025 (**R\$ 9,388 trilhões**) e abril de 2026 (**R\$ 10,442 trilhões**), o estoque da DBGG aumentou em aproximadamente R\$ 1,054 trilhão. Não se afirmar por aí que a redução da taxa SELIC diminui a dívida pública. Os números oficiais indicam o oposto.

#### Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-8,4	-0,06	9,7	0,07
Redução de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/3/</sup>	-64,0	-0,49	-58,4	-0,45
Redução de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/3/</sup>	-22,2	-0,17	-21,9	-0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Ao analisarmos os dados oficiais da estatística fiscal disponível no site do Banco Central do Brasil – tabela 21, encontramos o saldo da dívida bruta do governo geral – DBGG, variando entre dezembro de 2018 (**R\$ 5,272 trilhões - TEMER/BOLSONARO**) e abril de 2026 (**R\$ 10,442 trilhões – LULA 3**). Uma simples operação matemática revela um aumento de **aproximadamente R\$ 5,170 trilhões na dívida bruta do governo geral (DBGG)**. Sem contrapartida em serviços públicos. Se tomamos emprestado, onde foi esse dinheiro? Considerando que, durante esse período, não houve investimentos significativos em serviços públicos ou na infraestrutura do país.

Ao examinarmos o relatório mensal da dívida pública federal de abril de 2026<sup>2</sup>, verificamos que o custo médio acumulado nos últimos doze meses foi de 12,22%. Ao considerarmos o **estoque da dívida pública federal (R\$ 8,798 trilhões)** somado à carteira do BACEN (**R\$ 2,917 trilhões**). Chegaremos a um total de R\$ 11,715 trilhões. Levando em conta os custos médios dos últimos 12 meses, que foram de 12,22%, estima-se que o pagamento aos juros consolidados da dívida pública federal atinja aproximadamente R\$ 1,431 trilhão ao final de 2026.

<sup>2</sup> <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd/2026/4>

Ao analisarmos os valores referentes aos juros da dívida pública federal no *SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal) em 2025*, que totalizam **R\$ 363,4 bilhões**, e ao compará-los com os juros consolidados no setor público, nos dados do BACEN, no mesmo período, que **totalizaram cerca de R\$ 1,007 trilhão**, podemos observar uma diferença significativa de **cerca de R\$ 643,6 bilhões que não foram registrados no SIOP**. Onde foi parar essa quantia não contabilizada com os juros da dívida pública federal? É provável que tenham sido convertidos em amortizações, pois são considerados despesas de capital. Dessa forma, torna-se uma forma juridicamente válida de emitir títulos da dívida pública com a aprovação do Poder Legislativo. Essa é uma das estratégias para contornar a Constituição Federal na chamada "**REGRA DE OURO**", que proíbe a emissão de títulos públicos para cobrir despesas correntes e no caso dos Juros da dívida.

A análise da série histórica no SIOP, de 2000 e 2025, revela que os governos federais drenaram os cofres públicos com o pagamento do serviço da Dívida Pública Federal (juros + amortização) em pouco mais de 25 anos, **totalizando mais de R\$ 25,4 trilhões**. O montante é de R\$ 4,583 trilhões, incluindo o pagamento de juros da dívida, e aproximadamente **R\$ 20,827 trilhões**, considerando o pagamento das amortizações. Como é possível que o estoque da DBGG continue aumentando, mesmo após uma dívida ter sido amortizada em mais de **R\$ 20 trilhões em pouco mais de 25 anos**? Uma vez que amortizar significa pagar parte do principal de uma dívida.

Não falta dinheiro para financiar o serviço da dívida pública todos os anos, por meio das leis orçamentárias. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 prevê um pagamento de R\$ 2,864 trilhões em relação à dívida pública federal. Até junho de 2026, o montante destinado ao serviço da dívida pública (Juros + Amortização) ultrapassou R\$ 1,114 trilhão. Com esse ritmo de crescimento, é provável que o valor nominal registrado em 2025 – R\$ 2,135 trilhões – seja superado nos últimos seis meses de 2026.

De 2018 a 2025, os governos federais drenaram os cofres públicos para o pagamento da dívida pública (juros + amortização), aproximadamente R\$ 13,343 trilhões. Desse montante, ao analisar a ***série histórica da despesa da União por função no Tesouro Nacional***, verificamos que os governos TEMER, BOLSONARO e LULA 3 realizaram aproximadamente ***R\$ 1,946 trilhão, a título de Correção Monetária e Cambial da Dívida Mobiliária (títulos Públicos)***.

1. **2018 = R\$ 96 bilhões - 2019 = R\$ 88 bilhões;**
2. **2020 = R\$ 132 bilhões - 2021 = R\$ 307 bilhões;**
3. **2022 = R\$ 351 bilhões - 2023 = R\$ 344 bilhões; e**
4. **2024 = R\$ 350 bilhões – 2025 = R\$ 278 bilhões.**

**Total – R\$ 1,946 trilhão.**

Como governos federais, durante esse período, gastaram mais ***R\$ 1,946 trilhão, em relação à correção monetária e cambial da dívida pública mobiliária*** (dívidas em títulos), pode estar comprometido?

Para refutar esses argumentos falaciosos, faremos uso de uma variedade de dados e informações obtidas diretamente do *Banco Central e do Tesouro Nacional*, além dos índices oficiais de inflação das séries históricas (IPCA/IBGE) mensuradas de janeiro de 2000 a junho

de 2026. Nesta abordagem, que busca politizar e oferecer um serviço ao público de maneira confiável, alguns conceitos, normas e legislações serão explicados de forma categórica, utilizando dados que refletem a real situação econômica do país.

## **O DESMONTE DO ESTADO ATRAVÉS DA DÍVIDA PÚBLICA: A POLÍTICA ECONÔMICA E A LEGISLAÇÃO CAPITALISTA “PASSANDO A BOIADA” PARA BENEFICIAR BANQUEIROS E RENTISTAS, CONTRARIANDO OS INTERESSES DO POVO BRASILEIRO.**

A exposição do problema de pesquisa relacionada aos dados da dívida pública e ao orçamento federal na fase introdutória deste artigo busca elucidar como os recursos orçamentários do Estado brasileiro têm sido alocados, especialmente nas últimas três décadas e meia no país – um marco histórico que se inicia com a Constituição de 1988. A seguir, exploraremos os principais pontos discutidos na introdução deste artigo para esclarecer a conexão entre o orçamento federal e os gastos com juros destinados aos rentistas, tanto nacionais quanto estrangeiros – os detentores dos títulos da dívida pública (os proprietários da dívida pública). Para que essa explicação esteja lastreada pelo conhecimento comprovável utilizaremos os dados disponíveis nos sites das próprias instituições do governo federal.

## **O CRESCIMENTO DO ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL SEMCONTRAPARTIDAS EM SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Em dezembro de 2018, a *dívida bruta do governo geral (DBGG)* somava aproximadamente **R\$ 5,271 trilhões**. Em abril de 2026, esse valor aumentou para **cerca de R\$ 10,442 trilhões**. Isso sugere que, em pouco mais de sete anos, o estoque da DBGG cresceu em mais de **R\$ 5,171 trilhões**. Isso sem considerar a carteira do Banco Central do Brasil, que totaliza **R\$ 2,917 trilhões**. Em termos de desenvolvimento da infraestrutura nacional e políticas públicas sociais, não há justificativa plausível para que a emissão de títulos públicos tenha levado a um crescimento tão expressivo da dívida pública. Não foram criados hospitais, escolas, sistemas de saneamento básico, moradias, nem houve investimento direto em infraestrutura ou qualquer outra ação relevante nesse contexto.

### **O Brasil está quebrado?**

O que mais ouvimos dos governos Temer/Bolsonaro e dos meios de comunicação de massa com seus asseclas de plantões é que o Brasil está quebrado. Será verdade?

Ao examinarmos as fontes de recursos no governo Bolsonaro, esses argumentos se desmoronam completamente diante da realidade dos dados apresentados. Em quatro fontes de recursos disponíveis ao governo Bolsonaro, havia um saldo acumulado em dezembro de 2022 de **aproximadamente R\$ 4,511 trilhões**, dos quais **R\$ 920 bilhões** eram apenas nas operações compromissadas ou sobras de caixa dos bancos.

Esse tipo de operação envolve títulos do Tesouro atrelados à taxa básica de juros (Selic), principalmente em negociações com instituições financeiras, especialmente bancos. Os títulos estão apresentando prazos cada vez mais reduzidos, também conhecidos como overnight.

O Banco Central emite um título com a promessa de recomprá-lo em um prazo estabelecido, que pode variar de um dia a nove meses. Informações mais recentes podem ser obtidas por meio da resolução número 75/2021 (6) do Banco Central.

Ao examinarmos as mesmas fontes de recursos no governo Lula 3, perceberemos que o Brasil nunca enfrentou uma escassez de dinheiro, mas sim uma questão de sua alocação. Em abril de 2026, o valor das operações compromissadas atingiu aproximadamente **R\$ 1,265 trilhão**. O valor de aproximadamente **R\$ 192,9 bilhões dos depositados voluntários remunerados**. A **conta única do Tesouro** possui aproximadamente **R\$ 1,871 trilhão**. Além desses valores, o saldo de nossa reserva internacional em maio de 2026 foi de aproximadamente US\$ 371 bilhões (dólar - R\$ 5,18), totalizando **R\$ 1,921 trilhão**. O governo tem à sua disposição um montante de aproximadamente R\$ 5,250 trilhões. Sem ignorar que, no primeiro quadrimestre de 2026, as receitas federais superaram R\$ 1,055 trilhão. Quebrando o recorde de 2025, no mesmo quadrimestre.

### **DÍVIDA PÚBLICA, PRINCIPAL FERRAMENTA DE CAPTURA DA NAÇÃO BRASILEIRA!**

Em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, uma possível fraude constitucional incluída no apagar das luzes no texto final constitucional contida do **Art. 166, § 3, inciso II, alínea "b"** garantiu o privilégio ao pagamento da Dívida Pública sem dotação orçamentária e sem limites a despeito do interesse público. Esse privilégio vem garantindo lucros crescentes e vitalícios ao sistema financeiro, aos rentistas anônimos e as grandes corporações nacionais e estrangeiras.

A partir da inclusão dessa alínea "b", art. 166 de forma fraudulenta a dívida pública federal vem consumindo mais da metade do fundo público federal há décadas. O governo Bolsonaro em conluio com a maior parte do Congresso Nacional vem acelerando as medidas de ajuste fiscal e de desvios orçamentários com objetivo de aumentar a remuneração dos potentados detentores do capital na forma de rentistas. Em 2019 – primeiro ano do governo Bolsonaro o pagamento do serviço da Dívida Pública foi **cerca de R\$ 1,038 trilhão** e já um ano depois (2020) esse valor **creceu R\$ 343 bilhões** alcançando ao final desse período a cifra de **R\$ 1,381 trilhão**; e não parou por aí. Em 2021 o governo Bolsonaro executou em favor do serviço da dívida pública federal (juros + amortização), em valores consolidados, cerca de R\$ 1,960 trilhão ou 49,94% da despesa geral da União consolidada em cerca de R\$ 3,9 trilhões. Em relação ao pagamento realizado em 2020 houve um crescimento de mais de R\$ 579 bilhões em favor do grande capital financeiro rentista. Na previsão da Lei Orçamentária Anual – LOA/2022 o pagamento do serviço da dívida pública federal reservou cerca de R\$ 2,471 trilhões ou cerca de 56% da despesa geral da União no mesmo período. Onde vamos parar?

O golpe de Estado de 2016 no Brasil permitiu que o acordo de décadas com o sistema financeiro avançasse a uma nova fase durante o governo Temer. Essa fase foi confirmada com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, no final de 2016, que resultou em um endurecimento fiscal ainda mais severo contra a população brasileira em benefício dos investidores financeiros. Um ajuste fiscal ainda mais rigoroso contra a população, sem qualquer ônus para os ricos. Em outras palavras, trata-se de um pseudoajuste fiscal, que, por um lado, impõe uma restrição orçamentária ao gasto público e aos investimentos em políticas públicas voltadas para o social e infraestrutura e de outro amplia a transferência dos recursos públicos a partir do orçamento na direção da remuneração dos rentistas que atuam no mercado financeiro.

## **Empenhar o orçamento público, não orçar na sua totalidade e a diferença podendo ser usada para o pagamento da amortização da Dívida Pública Federal.**

Ouvimos constantemente dos governos e da maioria dos representantes dos principais meios de comunicação que não há recursos suficientes para financiar as políticas públicas. Isso será verdade?

Orçamento Primário da União é composto por 27 funções. Quando pesquisamos no Sistema de Orçamento Federal (SIOP) comparando os **orçamentos empenhados e executados** chegamos à conclusão que não faltou dinheiro. Pelo contrário!!

Em 2021, o orçamento empenhado com as 27 funções foi **cerca de R\$ 1,591 trilhão**. No mesmo período, o valor **executado foi cerca de R\$ 1,444 trilhão**. Com uma simples operação matemática podemos constatar que o governo Bolsonaro, apesar da autorização Poder Legislativa, deixou de executar com as 27 funções primárias **cerca de R\$ 147 bilhões**. Portando o argumento de falta de dinheiro não é verdadeiro!!!

Afinal, por que o governo empenha um valor no orçamento, mas não executa? Em 2008 foi aprovada uma **medida provisória nº 450, convertida na lei 11.943/2009** <sup>(9)</sup>. No seu **art. 13** diz que o **excesso de arrecadação e o superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional poderão ser destinados à amortização da dívida pública federal**. O governo Bolsonaro empenhou, mas não executou cerca de R\$ 147 bilhões com as 27 funções primárias. Isso significa que houve sobra orçamentária. Nesse caso esses recursos poderão ser destinados a Amortização da Dívida Pública Federal. Podemos comprovar essa manobra verificando a fonte da explicação que pretendemos fazer nesse artigo, em especial nesse ponto específico que versa entre o orçamento empenhado e aquele executado. O trabalho dos auditores e pesquisadores da ACD em todo o Brasil é explicar esses procedimentos e denunciar essas manobras que prejudicam o povo brasileiro em detrimento dos capitalistas rentistas.

Em 2025, ao examinar no Painel de Orçamento Federal – SIOP, as métricas: **valores liquidados (R\$ 2,225 trilhões)** e **valores pagos (R\$ 2,128 trilhões)**, perceberemos que o orçamento da União não foi totalmente executado. Por meio de uma simples subtração entre o valor **liquidado e o valor pago**, podemos demonstrar que a União deixou de executar aproximadamente R\$ 97 bilhões durante esse período. Onde foi parar esse dinheiro?

## **POR QUE A EDUCAÇÃO PÚBLICA NÃO É UMA PRIORIDADE DOS GOVERNOS?**

Essa é uma das questões mais desafiadoras e frustrantes da administração pública, pois a resposta não reside na ausência de discursos, mas em obstáculos de natureza estrutural, econômica e política. Todos os governantes afirmam que a educação é uma prioridade, mas as práticas orçamentárias e os resultados das urnas geralmente indicam o oposto.

O Descompasso entre Ciclos Eleitorais e o Retorno Social. Por sua própria natureza, o investimento em educação é de longo prazo. Uma mudança significativa na educação infantil ou na valorização da carreira dos docentes leva de 15 a 20 anos para produzir efeitos relevantes na produtividade e nos indicadores socioeconômicos de um país.

Em contrapartida, o ciclo político-eleitoral dura apenas quatro anos. Governantes costumam dar prioridade a obras físicas visíveis, como asfaltamento ou construção de pontes, ou a políticas de transferência de renda imediata, que proporcionam capital político e votos a curto prazo. Isso ocorre em detrimento de investimentos considerados "invisíveis" para o eleitorado imediato, como a formação contínua de professores.

Até 1999, as funções primárias eram compostas por 16 funções. Em 2000, o governo de FHC dividiu as 16 funções primárias em 27. A Educação e Cultura eram consideradas uma única função. Uma nova série histórica foi criada a partir de 2000. Ao destacarmos a função pública da Educação, em um período de 25 anos e 5 meses, entre 2000 e maio de 2026, as despesas com a Educação somaram aproximadamente R\$ 2,070 trilhões nas LOA's. Desse montante, aproximadamente R\$ 1,730 trilhão foi executado. Uma simples operação matemática revela que os governos federais deixaram de investir aproximadamente **R\$ 341 bilhões na Educação**. Ao comparar os valores liquidados com os valores pagos, é possível verificar que os governos federais deixaram de desembolsar aproximadamente R\$ 67 bilhões.

Fazendo um outro corte temporal para analisarmos as **métricas orçamentárias da Educação no Painel de Orçamento Federal – SIOP**, podemos constatar que, entre 2016 e maio de 2026, os valores aprovados nas LOAs durante esse intervalo totalizaram **aproximadamente R\$ 1,460 trilhão**. No entanto, os valores efetivamente executados somaram **cerca de R\$ 1,186 trilhão**. Uma simples operação matemática demonstra que, ao longo desse período, os governos federais e a maioria do Congresso reacionário autorizaram valores para a educação nas LOAs, mas deixaram de **executar cerca de R\$ 275 bilhões**.

Ao compararmos com os valores liquidados, que correspondem a autorizações para execução de despesas, verificamos que **aproximadamente R\$ 45 bilhões não foram gastos**. O mostra a falta de compromisso dos governos federais e da maioria dos parlamentares em relação à educação pública. Por outro lado, os valores destinados **à liquidação do serviço da dívida pública (juros + amortização)** são realizados na íntegra. Podemos observar que o compromisso com o grande capital financeiro rentista é sagrado. Inclusive assegurados por meio da Constituição e de um arcabouço legal aprovado.

ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO				
PROJETO DE LEI - LOA - VALOR LIQUIDADO - VALOR PAGO - VALOR NÃO PAGO				
2000 E MAIO DE 2026				
ANO	PROJETO DE LEI - LOA	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	NÃO PAGO
2000	9.619.039.718	10.616.364.162	8.975.145.306	1.641.218.856
2001	12.482.738.743	11.637.340.857	10.457.803.100	1.179.537.757
2002	13.689.178.280	13.222.748.096	12.344.522.461	878.225.635
2003	14.122.015.540	14.224.269.574	12.819.444.790	1.404.824.785
2004	15.364.819.136	14.532.927.063	13.270.236.141	1.262.690.923
2005	17.033.358.306	16.187.695.350	14.021.828.523	2.165.866.827
2006	17.281.404.613	19.666.989.724	17.078.449.347	2.588.540.377
2007	21.673.514.120	21.388.770.447	19.994.640.505	1.394.129.942
2008	26.964.370.006	24.608.226.102	23.755.503.060	852.723.042
2009	37.632.963.962	31.709.359.179	30.749.363.229	959.995.950
2010	44.805.451.335	42.110.277.537	40.798.812.142	1.311.465.395
2011	56.677.199.392	48.184.704.875	47.054.642.169	1.130.062.706
2012	66.548.231.587	57.602.332.966	57.225.881.791	376.451.175
2013	71.713.751.863	68.361.098.936	65.890.214.722	2.470.884.215
2014	81.227.920.138	81.414.428.304	80.903.901.145	510.527.159
2015	103.028.469.184	90.325.042.930	88.600.739.992	1.724.302.938
2016	103.006.579.637	95.512.812.954	95.184.512.947	328.300.008
2017	110.694.082.017	102.137.015.664	101.815.707.372	321.308.292
2018	109.727.504.563	99.448.576.283	95.589.490.221	3.859.086.062
2019	114.060.684.984	98.450.528.247	94.474.263.880	3.976.264.368
2020	108.799.969.871	92.057.853.484	88.075.831.717	3.982.021.768
2021	111.763.597.225	100.283.398.333	96.055.905.717	4.227.492.617
2022	120.822.469.352	114.580.436.134	109.777.765.094	4.802.671.041
2023	130.563.972.668	136.080.946.381	129.461.795.955	6.619.150.426
2024	161.811.000.830	144.041.975.979	136.994.296.730	7.047.679.249
2025	177.484.679.467	170.072.284.379	160.782.549.713	9.289.734.667
2026	211.769.292.109	78.618.143.312	77.602.290.998	1.015.852.314
<b>TOTAL</b>	<b>2.070.368.258.646</b>	<b>1.797.076.547.254</b>	<b>1.729.755.538.763</b>	<b>67.321.008.491</b>

Confecção: Paulo Lindesay - Diretor da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN/Coordenador do Núcleo Sindical Canabarro  
Coordenador da Auditoria Cidadã da Dívida Núcleo RJ.

## TEM OU NÃO TEM RECURSOS PARA REAJUSTAR OS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS?

Os *relatórios de gestão fiscal do poder executivo federal*, entre 2019 e maio de 2026, comprovam que o gasto com Pessoal e Encargos Sociais, sempre estivera abaixo do teto estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Para União o teto está limitado em 50% da Receita Corrente Líquida – RCL. Será que os governos excederam esse limite?

LRF - Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento) - II - Estados: 60% (sessenta por cento) - III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

A verdade é que não falta recursos públicos para reajustar das remunerações dos servidores públicos (as). O que falta é vontade política dos governos.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal e o Painel de Orçamento Federal, a despesa com pessoal civil e militar em valores nominais foi de R\$ 401 bilhões, representando 25,68% da Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 1,561 trilhão. Isso está bem abaixo do limite prudencial de 36% da RCL. Assim, estamos em conformidade com os limites estabelecidos pela LRF e pela fiscalização.

### QUEM FINANCIAR QUEM: Os Estados financiam a União ou a União financia os Estados?

A partir dos números oficiais vocês poderiam tirar suas conclusões. Fizemos essa tabela com as arrecadações de receitas federais <sup>(10)</sup> dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo e com os repasses das transferências obrigatórias da União aos dois Estados entre 2016 e abril de 2026. Em pouco mais de 10 anos os dois Estados arrecadaram para União mais de R\$ 10,82 trilhões. Desse total pouco mais de R\$ 185,3 bilhões foram transferidos aos dois Estados através das transferências obrigatórias da União ou 0,009% da arrecadação geral de receitas da União – R\$ 20,153 bilhões.

### BRASIL

#### SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

#### Arrecadação de Receitas Federais por UF (2016 – 1º Quadrimestre de 2026)

Valores Nominais em *Bilhões de Reais (R\$ Bilhões)* a preços correntes.

Ano / Período	São Paulo (SP)	BR Rio de Janeiro (RJ)	Total Brasil (Ref.)	% Participação (SP + RJ)
2016	R\$ 498,50	R\$ 190,20	R\$ 1.289,90	~ 53,4%
2017	R\$ 527,10	R\$ 195,40	R\$ 1.342,70	~ 53,8%
2018	R\$ 570,30	R\$ 218,60	R\$ 1.465,90	~ 53,8%
2019	R\$ 604,80	R\$ 231,10	R\$ 1.537,40	~ 54,4%
2020	R\$ 594,20	R\$ 202,70	R\$ 1.479,00	~ 53,9%
2021	R\$ 758,90	R\$ 274,30	R\$ 1.878,40	~ 55,0%
2022	R\$ 890,20	R\$ 334,10	R\$ 2.218,20	~ 55,2%

<b>2023</b>	R\$ 922,50	R\$ 325,40	R\$ 2.318,20	~ 53,8%
<b>2024</b>	R\$ 1.054,10	R\$ 360,80	R\$ 2.682,40	~ 52,7%
<b>2025</b>	R\$ 1.135,30	R\$ 388,70	R\$ 2.886,00	~ 52,8%
<b>2026 (Jan-Abr)*</b>	<b>R\$ 412,80</b>	<b>R\$ 139,30</b>	<b>R\$ 1.055,60</b>	~ 52,30%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.968,70</b>	<b>R\$ 2.860,60</b>	<b>R\$ 20.153,70</b>	<b>~ 53,73%</b>

Até dezembro de 2021 os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo arrecadaram para União cerca de R\$ 1,136 trilhões e receberam da mesma União pouco mais de R\$ 52 bilhões. O Estado do Rio de Janeiro que está sendo acusado de viver às custas da União não é verdade! Até dezembro de 2021, o Estado do Rio de Janeiro arrecadou receitas para União no valor cerca de R\$ 329 bilhões. No mesmo período a União transferiu pouco mais de R\$ 26 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro. Diante dos dados oficiais, quem financia quem? Tudo isso pode ser ratificado nos links abaixo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de mais de trinta anos desde a Constituição de 1988, observamos as mudanças que as legislações e políticas econômicas têm gerado no que se refere ao atendimento **prioritário dos interesses dos capitalistas financeiros**. Ao longo desse período, os governos que mais conseguiram viabilizar esses interesses foram o de Fernando Henrique Cardoso, a partir da implementação do Plano Real, com suas políticas de desindustrialização, câmbio valorizado, as mais altas taxas de juros da história e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000; e no contexto atual do governo Bolsonaro, em que a aprovação pelo Congresso Nacional durante seu mandato possibilitou a autonomia do Banco Central, as maiores transferências orçamentárias para o pagamento de juros da dívida pública e a intensificação do aperto fiscal para os gastos e investimentos públicos. Depois do governo Bolsonaro, o governo Lula 3 não conseguiu frear essa sangria em favor do grande capital financeiro rentista. A especulação mantém seu curso de crescimento e garantia de lucros vitalícios, utilizando a principal ferramenta do capital: a dívida pública.

É uma das grandes responsabilidades da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) nacional e do núcleo RJ divulgar os estudos econômicos e financeiros realizados em estados, municípios e no governo federal. Esses estudos devem ser disponibilizados ao público de forma acessível, a fim de promover uma maior conscientização sobre a dívida pública. Além disso, é fundamental mobilizar a população para exigir a auditoria cidadã como uma estratégia para iniciar o planejamento do desenvolvimento econômico e social do Brasil.